

A Contribuição da história ambiental como ferramenta de elaboração de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável

¹ Martin Stabel Garrote

1. *Grupo de Pesquisas de História Ambiental do Vale do Itajaí (GPHAVI) - Universidade Regional de Blumenau. e-mail: martin_stabelgarrote@yahoo.com.br*

No contexto da crise ambiental a historiografia ambiental passa a produzir um conhecimento a respeito do uso da biodiversidade e pode ser usada no planejamento de políticas públicas de desenvolvimento sustentável. O objetivo deste estudo foi contribuir com o tema das políticas ambientais, discutindo o papel da historiografia ambiental como uma ferramenta para a formação de agendas de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável. Utilizou-se como método a pesquisa e análise qualitativa de dados secundários presentes em bibliografias, periódicos e relatórios sobre as temáticas da História Ambiental, Estado e Políticas Públicas. Com os estudos da História Ambiental das regiões é possível averiguar as formas pelas quais a sociedade interagiu com a natureza, revelando a degradação e proporcionando com este conhecimento, novas medidas que evitem erros catastróficos contra o ambiente promovendo novos processos de desenvolvimento com a preocupação da sustentabilidade. Concluímos que a História Ambiental é uma necessidade enquanto ferramenta no processo de elaboração de agendas de políticas públicas que objetivem promover desenvolvimentos com a ênfase da sustentabilidade. Neste contexto, faz-se necessário à formação e a participação de historiadores ambientais para que as relações entre a natureza e a sociedade sejam compreendidas e aplicadas na elaboração e nos processos das políticas públicas.

Palavras-Chave: História Ambiental, Políticas públicas, Desenvolvimento sustentável.

1. Introdução

Desde o início dos movimentos sociais com ênfase à defesa da qualidade ambiental na metade do século XX, a questão ambiental entra na pauta dos diversos ramos das ciências, assim como na política, fazendo surgir na agenda das políticas públicas, a preocupação em conservar a natureza para que as futuras gerações humanas possam desfrutar dela assim como o fazemos. Neste contexto uma das ciências que passa a ter como objeto à questão ambiental é a História, passando a produzir uma historiografia rica em informações sobre os maus usos da natureza nos diversos contextos do processo histórico da civilização humana.

Segundo Sachs (1995), os modelos de desenvolvimento aplicados principalmente após a Segunda Guerra Mundial como modelo para a geopolítica mundial, apresentam uma distribuição desigual dos frutos do progresso, ou do crescimento econômico, tecnológico, resultaram em uma má organização social e política, com a falha de um Estado desarticulado. Mesmo com a premissa de o crescimento econômico levar ao

bem social, este não demonstrou resultados e não conseguiu acabar com as desigualdades sociais como tampouco evitou os desgastes dos recursos naturais, ocasionando então, uma crise global de mau desenvolvimento.

O modelo de desenvolvimento atrelado ao crescimento econômico, no qual nos moldamos, persiste nas regiões e vem causando um colapso nas relações entre natureza e sociedade e deve ser revisto. Segundo Seabra Et al (2006), a mais de 230 anos que a teoria econômica reforça o tema do crescimento econômico para obter desenvolvimento, e mesmo que alguns países tenham alcançado níveis altos de desenvolvimento econômico, social, o mundo ainda é predominantemente pobre e desigual. Esse modelo de desenvolvimento adotado no século XX, no qual acarreta danos sociais e ambientais, fez com que a partir do ano de 1960, nos países centro, a questão ambiental passasse a ser incluída na pauta (SCHULTZ, S. M.; SOUZA, C. M. M.; BACH, C. C., 2002). De acordo com Mantovaneli e Sampaio (2007), passam a haver uma série de estudos, conferências e declarações que discutem profundamente questões como o

caráter dependente do processo de desenvolvimento, os desafios climáticos e populacionais, o problema da água, do ar, da agricultura, da perda de biodiversidade entre outras que passam a adentrar uma nova agenda para o desenvolvimento global.

De acordo com Egler (2001), foi através do Ato da Política Nacional para o Meio Ambiente - NEPA, que foi elaborado o primeiro documento legal, aprovado pelo congresso americano em 1969, com vistas a estabelecer as ligações entre o processo de tomada de decisão e as preocupações com a manutenção da qualidade ambiental. A partir de então o ambiente irrompeu no discurso político e científico de nosso tempo como um conceito que vem resignar as concepções de mundo, de desenvolvimento, da relação da sociedade com a natureza, de tempo e da sustentabilidade da vida, passando a emergir como um pensamento holístico. Neste pensamento a história poderia desvendar o passado destruidor alertando para que não se repita os mesmos erros ao ambiente (LEFF, 2005).

O objetivo deste estudo é contribuir com o tema das políticas ambientais, discutindo o papel da historiografia ambiental como uma ferramenta para a formação de agendas de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável. Para tanto, coletou-se dados secundários em bibliografias, periódicos, e relatórios sobre história ambiental e políticas públicas, analisando-os qualitativamente. Com os resultados obtidos foi possível compreender o que é a História Ambiental e quais são suas tendências de estudos, avaliando o que esses estudos poderiam contribuir com o desenvolvimento sustentável; compreender o que é o Estado e o seu papel no desenvolvimento sustentável assim como o que são políticas públicas e os mecanismos de formação da agenda. Com esses conceitos buscamos integrar a historiografia ambiental no planejamento da gestão para um desenvolvimento sustentável.

Os resultados deste estudo poderão contribuir com o debate sobre a formulação e gestão de políticas públicas de desenvolvimento sustentável, uma vez que com os conhecimentos das práticas errôneas da exploração da biodiversidade, ressaltadas com os estudos da História Ambiental das regiões, poder-se-á traçar metas que evitem os mesmos erros, ou impactos ambientais, que em longo prazo degradaram o ambiente e prejudicaram o desenvolvimento sustentável. Desta forma, o debate proposto contribuirá para a inserção de estudos de História Ambiental, assim como a participação do historiador ambiental no planejamento de

políticas públicas que contribuam com a sustentabilidade, e até mesmo propiciando uma fonte para um tema pouco pesquisado. Vale ressaltar que os resultados apresentados não esgotam o tema e o objetivo proposto neste estudo, e sim contribui com o debate somando algumas reflexões.

2. A História ambiental e a sua contribuição para um desenvolvimento sustentável

A ciência passou a se preocupar cada vez mais com a questão ambiental. O entendimento sobre os danos que causamos a nosso planeta, devido ao nosso estilo de vida, passou a significar um alerta para que os esforços iniciassem a ser direcionados a soluções para minimizar os efeitos destruidores à natureza pelos seres humanos. As causas e os índices da degradação ambiental vêm sendo revelados por diversas pesquisas desde os anos 60 em diante, principalmente após o surgimento de uma nova ciência intitulada Ciência Ambiental ou Ecologia Humana Sistêmica, que tem como principal objetivo, estudar as causas e efeitos da ação humana ao planeta. Estas ciências vêm contribuindo para o estreitamento de diversos campos do conhecimento e necessitando da contribuição de outras ciências, como a biologia, a matemática, a filosofia, a economia, a geografia, história entre outras. A História Ambiental foi uma das últimas ciências a adentrar no campo interdisciplinar das ciências ambientais (ANDREUCCI, 2004 apud GARROTE, 2006).

Segundo Worster (1991), a História Ambiental surge como resultado de um descontentamento pela historiografia praticada na primeira metade do século XX, adicionada pelos fatores ocasionados e evidentes do descaso humano pela preservação da natureza, ou seja, em plena crise ambientalista. Acima de tudo, a história ambiental rejeita a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie distinta e supernatural, de que as conseqüências ecológicas dos seus feitos passados podem ser ignoradas. A velha história não poderia negar que vivemos neste planeta há muito tempo, iria, pôr desconsiderar quase sempre esse fato, portou-se como se não tivéssemos sido e não fôssemos realmente parte do planeta. Os historiadores ambientais, por outro lado, perceberam que não podemos mais nos dar ao luxo de sermos tão inocentes.

A crise ambiental possibilitou a discussão de que não se poderia mais pensar na sociedade humana sem uma ancoragem no mundo natural. Desta forma, iniciando através da História Natural e pela Ecologia, foram os cientistas naturais que passaram a liderar nos movimentos ambientalistas, ou nas instituições de pesquisas, um entendimento ecológico da sociedade e da cultura humana. As disciplinas sociais foram desafiadas, por cientistas naturais e movimentos sociais, a superar o seu paradigma e a incorporar variáveis naturais ao seu repertório legítimo de pesquisa. Os antropólogos enfrentaram o desafio mais cedo e acumularam um legado teórico empírico relativamente amplo. Os sociólogos e economistas iniciaram as suas reformas com resultados por vezes instigantes, mas com impactos limitados dentro das suas respectivas disciplinas (DRUMMOND, 1991).

O surgimento de uma História Ambiental inicia a ocorrer depois de 1970, à medida que cresce o enfoque sobre a crise global, como o promovido pela crise do petróleo, e crescentes movimentações ambientalistas entre os cidadãos de vários países, ou seja, ela nasce numa época de reavaliação e reforma cultural em escala mundial. A história ambiental nasceu, portanto, de um objetivo moral, tendo por trás fortes compromissos políticos, mas, à medida que amadureceu, transformou-se também num empreendimento acadêmico que não criaria uma simples ou única agenda moral ou política para promover. Seu objetivo principal tornou-se aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados (WORSTER, 1991).

Segundo Drummond (1991), a História Ambiental vem sendo construída fundamentando-se principalmente em unir a história natural à história social, examinando as interações entre elas, e formando uma História Ambiental que possui diferentes características metodológicas analíticas. A primeira delas enfoca uma região que possua alguma homogeneidade ou identidade natural e social, dando-se até um recorte cultural e ou político à região estudada, mas sem esquecer as suas particularidades físicas e naturais. Com essa ênfase em áreas específicas, a história ambiental revela ligação também com a história regional, pois focaliza processos sociais e naturais geograficamente circunscritos, possuindo territorialidade. A segunda característica parte para um diálogo sistemático entre quase todas as ciências pertinentes ao entendimento dos quadros

físicos, ecológicos e sociais das regiões estudadas. A terceira característica da História Ambiental é explorar as interações entre o quadro de recursos naturais úteis e inúteis e os diferentes estilos civilizatórios das sociedades humanas. Uma quarta característica a ser considerada é a pesquisa em fontes tradicionais da história econômica e social, censos populacionais, econômicas e sanitárias, inventários de recursos, tradição oral, conforme registrados por viajantes ou antropólogos ou coletados em trabalho de campo. E uma quinta característica é a importância do trabalho em campo na coleta de informações, aproximando o pesquisador a seu objeto de estudo (DRUMMOND, 1991).

A História Ambiental possui diversas vias de investigação por diferentes procedimentos metodológicos de reconstrução histórica com a ênfase ambiental, podendo contribuir para o desenvolvimento sustentável porque através de seus estudos conhecemos os erros do passado podemos planejar o futuro sem prejudicar o meio ambiente. Ela trata dos impactos ecológicos, dos processos e práticas dominantes de extração e uso da natureza, tanto no contexto urbano como no rural, associados a diferentes recursos e ramos de produção (LEFF, 2005).

A complexidade ambiental configura novas temporalidades e identidades, das quais o que se permeia é o debate para se promover um desenvolvimento sustentável. Esse desenvolvimento segundo Sachs (1993), deve priorizar um modelo de crescimento econômico, que promova realmente o bem estar social sem prejudicar as relações ecológicas, não destruindo o meio ambiente que é fundamental para a existência social, ou seja, o desenvolvimento deve implementar uma seguridade ecológica, social, econômica, cultural e espacial.

Desta forma, de acordo com Leff (2005), a História Ambiental contribui com esse panorama, uma vez que coloca um olhar para o encontro e hibridização de processos diferenciados (naturais e sociais), abandonando suas tendências fáticas e suas resistências institucionais, criando uma história para a construção de uma racionalidade ambiental e de um futuro sustentável. Desta forma a História Ambiental contribui na medida em que seus resultados adentrem nos saberes históricos dos atores que estão construindo, dentro das estratégias de poder postas em jogo pelos discursos e pelas políticas do desenvolvimento sustentável, o projeto cidadão de construir uma sociedade sustentável.

3. O estado, políticas públicas e a formação da agenda

Nesta sessão trataremos de conceituar e compreender o que são Políticas Públicas e a formação da agenda nas políticas públicas, mas antes disso, torna-se necessário entendermos o papel do Estado no conjunto da sociedade enquanto instituição majoritária e tomadora de decisão.

O Estado é uma instituição que nos últimos anos vem adquirindo uma gestão mais participativa da sociedade civil. Desde as revoluções burguesas vem alterando-se conforme a economia mundial foi desenvolvendo algumas regiões, ou seja, pendente do mercado e, motivado pelos movimentos sociais. O Estado não é um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro, ele é um produto da sociedade quando esta chega a determinado grau de desenvolvimento. É a confirmação de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Para que esses antagonismos ou classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade em uma luta estéril, faz-se necessário um poder colocado acima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da ordem, surgindo então o Estado (ENGELS, 1982).

De acordo com Abad (2003), o Estado é a expressão político institucional das relações dominantes de uma sociedade. Ele pode exercer com seu poder confesso pela sociedade, coerção, coação ou repressão para garantir a reprodução dessa sociedade, ou das relações dos dominantes vigentes. Para Pereira (1998), o Estado é uma parte da sociedade, sendo uma estrutura política e organizacional que se sobrepõe à sociedade ao mesmo tempo em que dela faz parte. Assim o Estado é visto como uma instituição soberana constituída por uma população que habita um território, uma população constituída pelas classes sociais e grupos, que têm um acesso diferenciado ao poder político efetivo, enquanto que o Estado sendo uma estrutura organizacional e política, é fruto de um contrato social ou de um pacto político, que garante legitimidade ao governo. Em outras palavras, a sociedade civil é o povo, ou seja, o conjunto dos cidadãos, organizado e ponderado de acordo com o poder de cada indivíduo e de cada grupo social, enquanto que o Estado é o aparato organizacional e legal que garante a propriedade e os contratos.

Os acontecimentos da economia mundial, durante os últimos 50 anos colocaram em jogo o papel do Estado. O modelo de desenvolvimento e a participação do Estado nesse processo ocasionaram uma crise global. O Estado vem demonstrando-se limitado em suas ações que promovem o desenvolvimento. Isso ocorre devido quatro fatores fundamentais da conjuntura da globalização: o desalinhamento das economias da União Soviética, Europa central e oriental; uma crise na promoção do bem estar por parte do Estado nos países de cultura desenvolvimentista; o milagroso poder e gestão do Estado oriental com a ascensão das economias desta parte do globo; e pela falta de apelo as demandas emergenciais de sobrevivência da sociedade. Torna-se necessária uma reformulação na gestão do Estado, pois é somente ele que poderá promover um desenvolvimento sustentável (BANCO MUNDIAL, 1997).

De acordo com Diniz (2001), a hegemonia de um pensamento neoliberal enfatizou que a eficácia governamental do Estado deveria estar reduzida aos burocratas, ou seja, o Estado deveria centralizar e fechar o processo decisório para assim possuir eficácia de gestão, enfatizando a autonomia decisória de elites enclausuradas na cúpula burocrática, e assim, observou-se um enfraquecimento da estrutura do Estado. Faz-se necessária uma reforma no Estado, tanto no seu âmbito técnico como político. Quando existe uma harmonia nas reformas técnicas e políticas e estas foram realizadas com transparência e participação da sociedade civil, levando-se em conta o conhecimento local, constatam-se mudanças produtivas que promovem o desenvolvimento (IGLESIAS, 2006).

De acordo com o Banco Mundial (1997), o Estado deve alcançar alguns objetivos para que seja um ator no processo de desenvolvimento sustentável, possibilitando um progresso tecnológico, crescimento econômico e qualidade de vida para as camadas sociais: Estabelecer uma organização jurídica básica; Manutenção de um leque de políticas públicas conforme a realidade do território, incluindo a estabilidade macroeconômica; Realizar uma intervenção a fim de qualificar os serviços sociais básicos e a infraestrutura; Proteger grupos sociais vulneráveis e defender a boa qualidade do meio ambiente.

Na reforma do Estado vale levar em conta a questão política, e não só seus aspectos técnicos, administrativos, fiscais e financeiros. Também é necessário o fortalecimento da conexão do Estado com a sociedade e com as instituições representativas, adquirindo assim confiabilidade

para atrair mais participação popular. Esta nova perspectiva implica estreitar os vínculos com a política, reforçar os instrumentos de responsabilização da administração pública, dando mais força à sociedade civil, sem enfraquecer o poder de coordenação do Estado, e diversificar os espaços de negociação e as táticas de alianças de diversos atores, associando a participação com o reforço das instituições representativas (DINIZ, 2001).

El camino que lleva hacia un Estado más eficaz no es rectilíneo; será, probablemente, un proceso con dos etapas. Primero, el Estado debe concentrar toda su capacidad en las tareas que puede y debe realizar. Conforme vaya avanzando en ello, podrá concentrar sus esfuerzos en conseguir una capacidad adicional. (...) Para poder llegar a una mayor eficacia, antes hay que concentrarse en las tareas fundamentales y multiplicar la limitada capacidad del Estado forjando relaciones de asociación con la comunidad empresarial y la sociedad civil (...) (BANCO MUNDIAL, 1997)

O Estado deve ter um papel que promova o desenvolvimento econômico e social com respeito ao ambiental, deste modo, segundo Bressam (1996), identifica-se no Estado, enquanto representação da sociedade um gestor ambiental por excelência, articulando-se com a sociedade organizada em prol de um planejamento do controle ambiental, na construção de um modelo de desenvolvimento equilibrado e transformador. É através de uma gestão participativa da sociedade civil organizada, que as demandas ambientais poderão entrar na pauta das agendas das políticas públicas.

Para Teixeira (2001), a participação deve ser oriunda da população para potencializar a ação frente ao Estado, a sociedade política e ao mercado, com mecanismos flexíveis para articularem com os canais de mediação dos movimentos sociais. Com diversos mecanismos de articulação com os movimentos sociais, e a criação de espaços múltiplos de interlocução entre os diversos atores e agentes do desenvolvimento, redefine-se a participação para o exercício da cidadania ativa. Desta forma é necessária a organização social para uma participação com uma gestão de ação coletiva.

No nível de movimentos sociais, o traço comum da participação é o exercício coletivo da tomada de decisões e da gestão das ações definidas e implementado pela população comunitária, como também o exercício de articulações de forças sociais comuns, dentro e

fora da comunidade. É através das organizações que a comunidade consegue participação nas diversas esferas das tomadas de decisões, passando a interagir com o Estado, mercado, e política nas mudanças necessárias (SOUZA, 1987, p.16-17).

Segundo Teixeira (2001, p.35) a comunidade organizada de forma dinâmica, torna-se um agente de mudança cultural local, um ator que serve como exemplo de solidariedade interna, promovendo valores democráticos e criando o seio de uma nova cultura que se torna vida na comunidade. E essa nova cultura só se torna viva se ela permitir que seus membros desenvolvam potenciais, o imaginário motor e sua atividade simbólica, não sendo esmagado por processos que partam apenas de agentes exógenos. Portanto é fundamental à comunidade organizada, gerir as tomadas de decisões junto e com os mesmos poderes dos setores de poder da sociedade, Estado e mercado, com a participação endógena na identificação de demandas, na ação e na avaliação das ações, tendo aliança com participação exógena, tecendo uma rede de participação social.

Com espaços para a participação da sociedade organizada, será possível construir políticas de bem estar coletivo, ou seja, entre o Estado, Mercado e a Sociedade. A política de um determinado ponto de vista consiste justamente na atividade pela qual a mesma sociedade reflexiona e questiona a validade de suas instituições, com suas normas e comportamentos, e é oriunda dos setores subordinados, os quais, reconhecendo o seu alinhamento, se apodera dessa capacidade para mudar o seu destino, transformando o seu antagonismo em mobilização social (ABAD, 2003).

A política segundo Lamounier (1982?), é onipresente e está em todos os lugares, sendo no seu sentido mais abrangente as relações entre o Estado e sociedade. Desta forma a Política Pública é a forma pela qual ocorrem as intervenções decorrentes das relações sociais condicionadas aos interesses, ou poder, dos seus setores. O poder na política é entendido como a capacidade dos grupos articularem as suas demandas na agenda do Estado.

O processo das políticas públicas é um fluxo caracterizado por barganhas, pressões e redefinições que formularão decisões e implementarão ações (LAMOUNIER, 1982). Para Offe (1984), com as Políticas Públicas, que são as demandas sociais, o Estado deve criar as condições para que todos os cidadãos sejam incluídos nas diversas classes e nas relações de

troca da sociedade e na elaboração de Políticas Públicas e na suas gestões.

Segundo Souza (2006), o principal foco dos estudos sobre Políticas Públicas está sobre a identificação do tipo de problema que a política quer resolver, de como esse problema passa a ser interpretado no sistema político e sociedade pública, e como as instituições/regras moldam as informações para a tomada de decisão e implementação da agenda de Política Pública. Desta forma, conforme Abad (2003), os elementos que formam a agenda são oriundos de qualquer situação que precise ser objeto de intervenção, mediante decisões vinculadoras para toda a sociedade, necessitará, por força, ser expressa como um problema político, instalando-se na esfera pública como um conflito ou demanda que afeta, de certa forma, a convivência social, envolvendo atores sociais relevantes com a capacidade de exercer pressão sobre a agenda governamental, dentro da institucionalidade vigente ou fora dela

Para que um estado de conflito demande um problema político, é necessário conjurar, em maior ou menor proporção, uma mobilização de recursos de poder pelos pequenos e grandes grupos, atores individuais bem situados e que o estudo, conflito ou demanda, constitua uma situação de crise, calamidade ou catástrofe sendo também, situação de oportunidade para que os atores adquiram ou incrementem sua participação política. Portanto, as Políticas públicas são instrumentos de governabilidade democrática pela sociedade em sua acepção mais limitada, referida entre as relações entre o Estado e o resto da sociedade, ou seja, é um espaço para a participação cidadã (ABAD 2003).

4. A guisa de conclusão: a historiografia ambiental na agenda de políticas públicas

A partir do conhecimento da historiografia ambiental e seu papel para o desenvolvimento sustentável, o conhecimento do Estado, assim como o que são as Políticas Públicas e como é formada a sua agenda, passaremos a integrar o papel da historiografia ambiental como uma ferramenta no processo de formação de agendas de políticas de desenvolvimento sustentáveis.

A historiografia ambiental como vimos em Drummond (1993), Worster (1993), e Leff (2005), possibilita conhecer as relações entre a

sociedade e a natureza, observando nessas relações as conseqüências positivas e negativas para ambas as partes. Com o conhecimento de ações degradantes de nossa sociedade, a historiografia ambiental possibilita indicadores que alertam sobre um futuro insustentável, e sobre a avaliação das políticas implementadas.

Conhecer a realidade, e como ela se constituiu faz parte de uma tarefa árdua na qual o historiador deve estar preparado. A história resgata os acontecimentos da vida humana, suas tramas, e com o levante das relações antrópicas com o natural, através da História Ambiental, caracteriza-se a compreensão dos indivíduos e seus atos em relação ao natural. Desta forma, a historiografia ambiental, além de levantar as características sociais e culturais de um grupo, trata de uma história que demonstra como foi realizada a ação, e quais foram as suas conseqüências, nos processos de ação antrópica no meio natural.

Também com o conhecimento de nossa realidade torna-se possível entender a composição da crise social e ambiental. Sobre a importância de se conhecer a realidade, Ramos (1965), enfatiza que para se compreender a sociedade no Brasil seria necessária uma redução sociológica. Está, é um método que busca entender a natureza histórica dos objetos ou fatos da realidade social no aprofundamento do conhecimento da realidade social, e como essa realidade se constituiu. Nesta análise, o papel da história seria justamente buscar a compreensão de como surgiu e qual foi o processo no qual as sociedades formaram-se.

O papel da historiografia ambiental é o de aproximar à realidade dos atores sociais os maus usos da biodiversidade de um passado ecodestruidor (Leff, 2005). Os maus usos entendidos como fatos são indicadores que devem ser levados em conta como um elemento integrador de uma agenda de política pública de desenvolvimento. Estes elementos, ou os fatos são indício de uma realidade catastrófica ao desenvolvimento sustentável, e conhecendo-a, permite sistematizar correções no processo a ponto de torná-lo sustentável.

Em relação à problemática do papel do Estado e sua função no processo do desenvolvimento sustentável, como o visto nas análises de Engels (1992), Abad (2003), Pereira (1995), Diniz (2001), Iglesias (2006), Bressam (1996) e no relatório do Banco Mundial (1997), o Estado deve ser articulador do desenvolvimento com a participação da sociedade civil organizada. O Estado em sua ação deve proporcionar políticas

que sejam capazes de redirecionar o curso dos eventos econômicos de tal maneira que as atividades que destroem o capital natural devem ser reformuladas conforme a sustentabilidade, e ainda, este deverá preservar e instituir ações das quais sejam vitais para o ecossistema (CAVALCANTI, 1997).

O Estado deve promover espaço para que a sociedade civil organizada participe do processo de planejamento do desenvolvimento sustentável. Essa participação deve por em pauta os anseios de cada pequeno grupo, e possuindo estudos de História Ambiental dos territórios, e com a participação do Estado, torna-se complexa a gama de indicadores que demonstram o mau uso da natureza e as respectivas conseqüências para o meio ambiente, possibilitando avaliações que levem a constatações geradoras de mudanças que promoverão, na região, o seu desenvolvimento sustentável. Como vimos com Teixeira (2001), através da participação da sociedade organizada à gestão do Estado tende para um desenvolvimento que atinja o coletivo, mais próximo da sustentabilidade do que do crescimento econômico. O Estado deve ser agente do desenvolvimento sustentável (BRESSAM, 1996), e para isso, deve criar espaços para que a sociedade organizada participe e integre na agenda os conhecimentos produzidos pela historiografia ambiental a fim de revigorar os processos de tomada de decisão.

As questões ambientais são complexas e exige-se uma série de medidas e discussões entre o Poder Público, a iniciativa privada, a classe política, as organizações não governamentais e a sociedade como um todo, a fim de se buscar, em conjunto, soluções para os problemas de meio ambiente. O Estado deve ter como uma meta prioritária alcançar o desenvolvimento sustentável, ou, produzir sem agredir o meio ambiente. Desta forma, observa-se a necessidade de melhorar e ajustar os modelos de participação da sociedade na promoção de políticas públicas para o meio ambiente (BRITO; CÂMARA, 1999).

O Estado, a participação popular ou em organização civil como atores participativos para o desenvolvimento sustentável deve levar em conta o que Sachs (1993), propõe como dimensões do ecodesenvolvimento. O desenvolvimento deve priorizar um modelo de crescimento econômico, que promova realmente o bem estar social sem prejudicar as relações ecológicas, não destruindo o meio ambiente que é fundamental para a existência social, ou seja, o desenvolvimento deve implementar uma seguridade ecológica, social, econômica, cultural e espacial. Para alcançar essa

seguridade a historiografia ambiental é de suma importância.

Conforme o que foi tratado com Souza (2006), Abad (2003), Offe (1984), e Lamounier (1982), as políticas públicas possuem em sua pauta a agenda, esta é o resultado de ansiedades dos grupos que a organizaram com um processo de participação da sociedade civil organizada. É notável com os estudos da História Ambiental, que os fracassos do desenvolvimento ocorreram devido alguma má ação que degradou o ambiente.

Na agenda estão os elementos que complementariam as necessidades populares, e estas necessidades estão quase sempre atreladas ao uso da biodiversidade, assim a História Ambiental orientaria novos usos a partir do conhecimento das práticas errôneas. Desta forma, na agenda, tendo a questão ambiental como guia, torna-se uma necessidade para que se produzam políticas públicas que visem o desenvolvimento sustentável. Essa importância é reforçada quando Leff (2005) descreve que a historiografia ambiental revive os processos de destruição da natureza, ocasionada por diversas racionalidades culturais e produtivas, recuperando uma visão das condições naturais nas quais se configurara a sociedade. Com isso, é evidente o papel funcional da História Ambiental como um elemento ou ferramenta que complementa a agenda de políticas públicas que visem o desenvolvimento sustentável.

A História Ambiental possui então um papel social, ambiental, econômico, cultural e espacial. Gera conhecimentos sobre os modos de vida humana e as suas catastróficas experiências que prejudicaram o desenvolvimento das regiões. Nas políticas públicas as informações geradas por esta disciplina tornam-se fundamentais também, pois ela contempla dados dos quais possibilitam uma clara verificação dos resultados de políticas ambientais, e assim devem estar presentes na formação da agenda. Portanto, concluímos que a História Ambiental é uma necessidade enquanto ferramenta no processo de elaboração de agendas de políticas públicas que objetivem promover desenvolvimentos com a ênfase da sustentabilidade.

Neste contexto, faz-se necessário à formação de historiadores ambientais para que as relações entre a natureza e a sociedade sejam compreendidas e aplicadas nas políticas públicas.

5. Referências

1. ABAD, M. Crítica política das políticas de juventude. In: FREITAS, M. V.; PAPA, F. C. (org.) Políticas Públicas: juventude em pauta. São Paulo: Cortez, 2003. p.13-32.
2. BANCO MUNDIAL. Informe sobre el Desarrollo Mundial. El Estado em um Mundo em Transformación. – Resumen Ejecutivo, 1997.
3. BRESSAN, D. Gestão racional da natureza. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
4. BRITO, F. A.; CÂMARA, J. B.D. Democratização e gestão ambiental: em busca do desenvolvimento sustentável. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999.
5. CAVALCANTI, C. Política de governo para o desenvolvimento sustentável: uma introdução ao tema e a esta obra coletiva In: CAVALCANTI, C. (org.). Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1997.
6. DINIZ, E. Globalização, Reforma do Estado e Teoria Democrática Contemporânea. In: São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação Seade, 2005. p. 13-22.
7. DRUMMOND, J. A. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol4, nº8, p.177-197, 1991.
8. EGLER, P. C. G. Perspectivas de uso no Brasil do processo de Avaliação Ambiental Estratégica. In: Revista Parcerias Estratégicas, n. 11, junho de 2001. p.174-188.
9. GARROTE, Martin Stabel. Relatos da devastação: análise histórico ambiental da memória oral da comunidade da Nova Rússia sobre a região e entorno do Parque Natural Municipal Nascentes do Garcia 1950-2000, 2006. (Monografia Especialização).
10. HAESBAERT, Rogério. O Mito desterritorialização. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
11. IGLESIAS, Enrique V (2006) El Papel del Estado y los Paradigmas Económicos em América Latina. In: Revista de La CEPAL, n. 90, pp. 7-15.
12. LAMOUNIER, Bolivar (1982). Análise de políticas públicas: quadro teórico-metodológico de referência (mimeo).
13. LEFF, E. Construindo a história ambiental da América Latina. Revista Esboços. Florianópolis/UFSC, nº13, 2005. p.11-30.
14. MANTOVANELI JR, O; SAMPAIO, C. A. Sustentabilidade Política e Administrativa: contribuições para a reformulação da agenda para o ecodesenvolvimento. (impresso)
15. OFFE, C. Problemas Estruturais do Estado Capitalista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1984. p. 122 -137.
16. PEREIRA, Luiz C. Bresser (1998). Da administração pública burocrática à gerencial. In: PEREIRA, L. C. Bresser & SPINK, Peter K. (orgs.). Reforma do Estado e administração pública gerencial. RJ: Editora Fundação Getúlio Vargas.
17. RAMOS, Alberto G, A redução sociológica. Coleção Tempo Novo. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1965.
18. SACHS, I. Em busca de novas estratégias de desenvolvimento. Estudos Avançados, set./dez. 1995, vol.9, nº 25, p.29-63.
19. SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Studio Nobel, 1993, pp 24-34.
20. SCHULTZ, S. M; SOUZA, C. M. M.; BACH, C. C. Estratégia para a inserção da temática ambiental na formação do planejador urbano. In: Anais do XXX Congresso Brasileiro para o ensino da engenharia. São Paulo, 2002.
21. SEABRA, F; FOMAGGI, L; FLACH, L. O papel das instituições no desenvolvimento econômico. In: BARRAL, W; PIMENTEL, L. O. (org.) Teoria jurídica e desenvolvimento. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006. p.71-88.
22. SOUZA, C. Políticas Públicas: Uma Revisão da Literatura. Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n.16, 2006. p. 20-45.
23. TEIXEIRA, E. O local e o global: limites e desafios da participação cidadã. São Paulo: Cortez, 2001.
24. WORSTER, D. Para fazer história ambiental. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol4, nº8, p.98-215, 1991.